

A missão:

Quebra do Silêncio

Redenção:

Medida protetiva é primeiro passo no recomeço da vida

Força da lei:

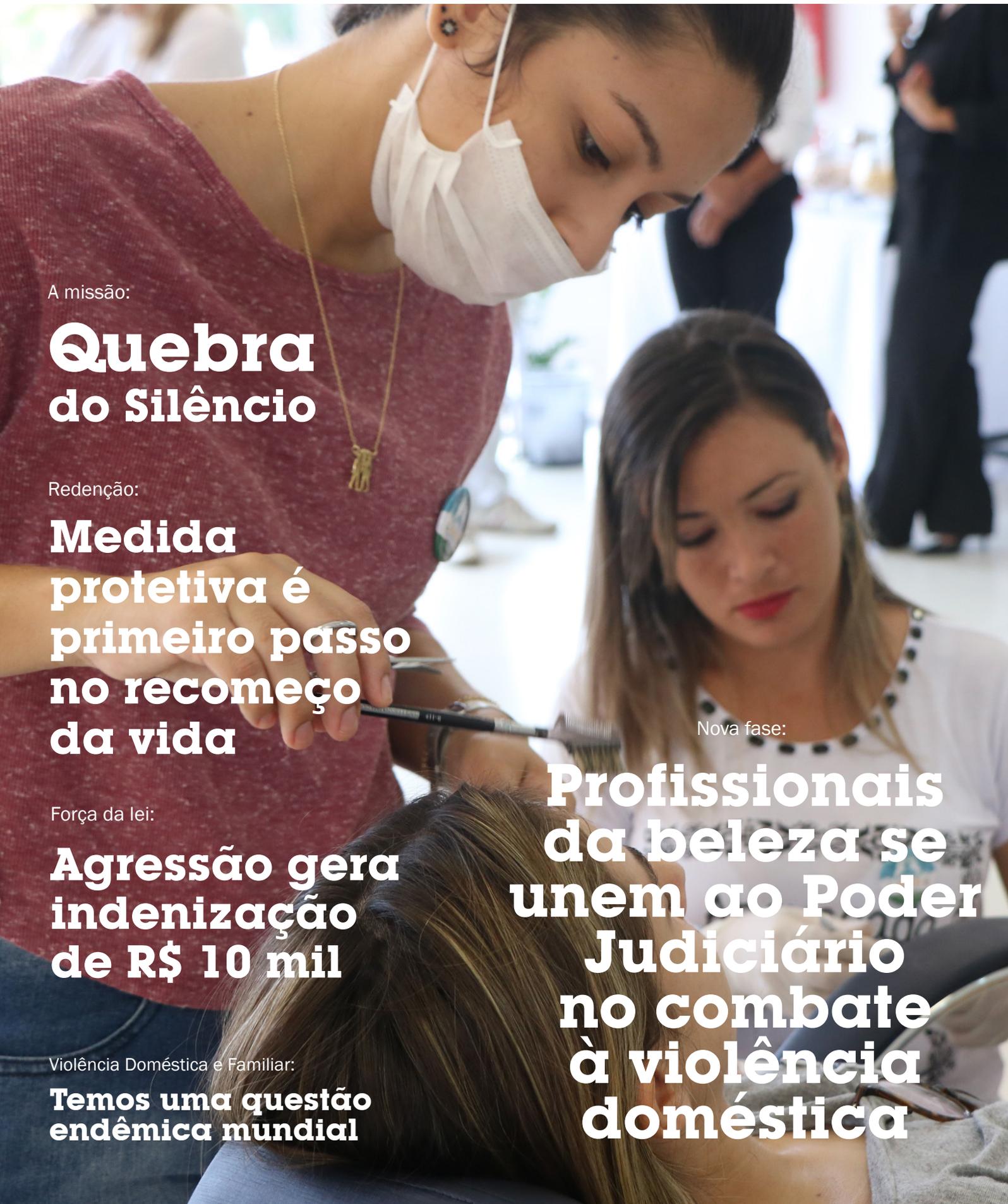
Agressão gera indenização de R\$ 10 mil

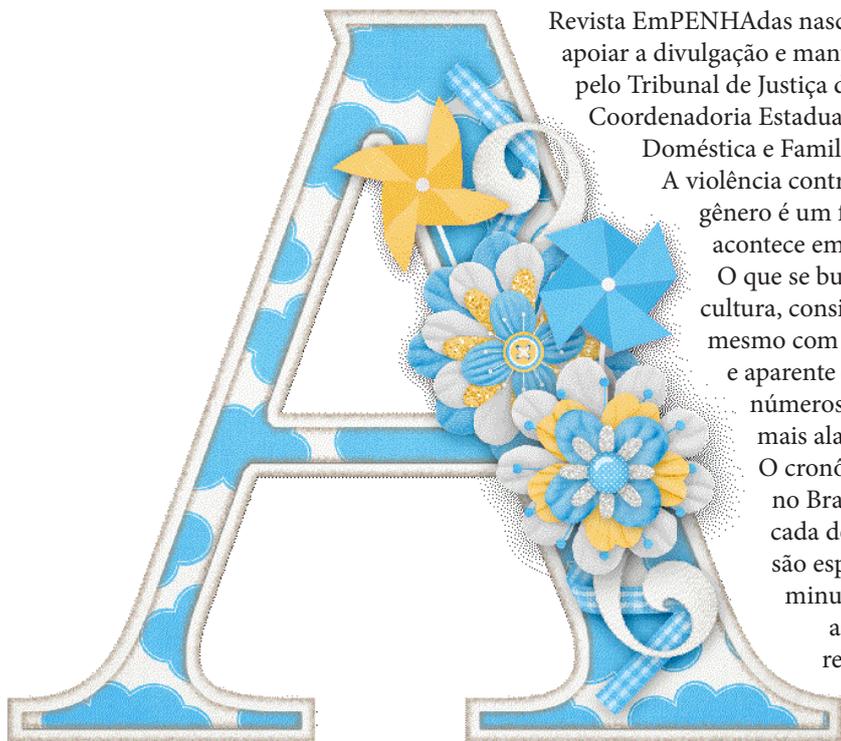
Violência Doméstica e Familiar:

Temos uma questão endêmica mundial

Nova fase:

Profissionais da beleza se unem ao Poder Judiciário no combate à violência doméstica





Revista EmPENHAdas nasce com esta edição, com o propósito de apoiar a divulgação e manutenção dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

A violência contra a mulher por razão de gênero é um fenômeno global e acontece em todas as classes sociais.

O que se busca aqui é uma mudança de cultura, considerando que, mesmo com a evolução tecnológica e aparente da humanidade, os números decorrentes dessa prática são cada vez mais alarmantes.

O cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil aponta que, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas; a cada 11 minutos ocorre um estupro;

a cada 90 minutos, um feminicídio; 179 relatos de agressão são registrados por dia e 43 mil mulheres são assassinadas a cada 10 anos, sendo 41% em casa, conforme dados do Mapa da Violência

de 2012. Esses números, segundo dados recentes, mostram, inclusive, que os custos para atender essas demandas representam 10% do PIB nacional em recursos do Sistema

Único de Saúde (SUS). Por tudo isso, a juíza coordenadora

Jacqueline Machado, com apoio incondicional do presidente do TJMS,

Des. Divoncir Schreiner Maranhão, está empenhada em ir além do ato de julgar e punir agressores. “Estamos buscando uma mudança de cultura”.

A mobilização nacional atende uma convocação da Ministra Cármen Lúcia, presidente do

Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que, desde 2015,

realiza a campanha “Justiça pela Paz em Casa”, iniciada em MS pelo então coordenador,

Des. Paschoal Carmello Leandro. Com essa motivação foi criada a Campanha Mulher Brasileira,

que desenvolve diversas ações, das quais você tomará

conhecimento ao longo da leitura deste informativo ou acompanhando

o Portal do TJMS. Estar nos salões de beleza, com o programa

“Mãos EmPENHAdas Contra a Violência”, é uma maneira

inovadora e pioneira de ir em busca das mulheres que sofrem agressões

ou ameaças e pouco sabem sobre o assunto e até mesmo ignoram o que

fazer para se proteger ou se defender. Entende-se que a intimidade

com os profissionais da beleza e a garantia do anonimato

possam ser propícios para as mulheres se informarem.

Cada passo é mais um degrau na busca de uma nova cultura. Acreditamos

que, se instituições e a sociedade propagarem o respeito

a mulher e a igualdade de gênero,

a realidade pode vir a ter finais mais

felizes em grandes

histórias que, normalmente,

começam com o amor.

B oa leitura



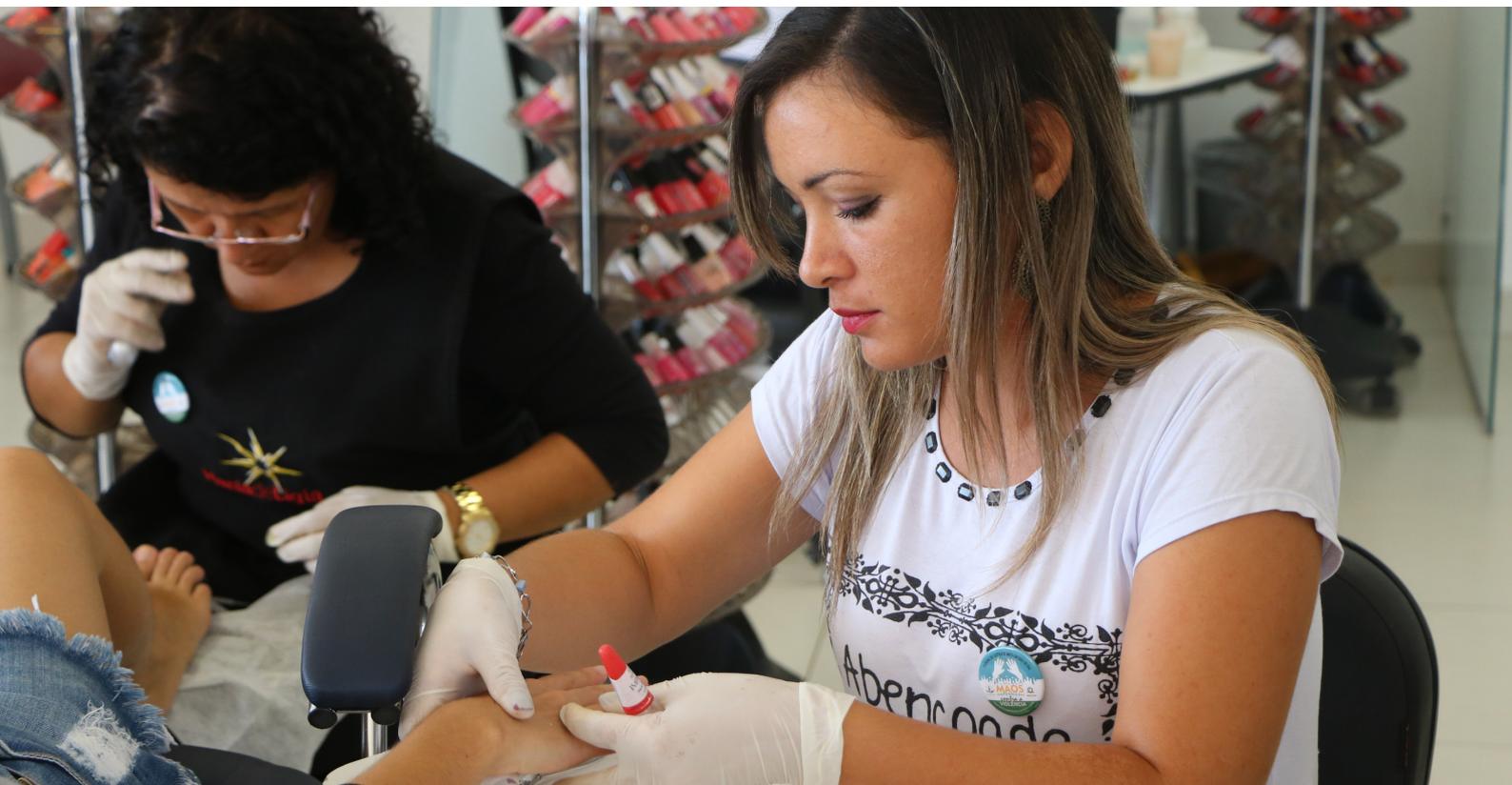
TJMS_Oficial



TJMSoficial



TJMSoficial



Mãos emPENHAdas:

Quebra do silêncio

A missão é romper o ciclo de violência e poder ajudar

O assunto é muito delicado e poucas mulheres contam as violências sofridas. Mesmo assim uma conseguiu romper o ciclo da violência, buscar ajuda, e vai receber ajuda psicológica. O relato dessa história triste é da cabeleireira Karen Altafini, que trabalha no salão de beleza Estilo Juliana, e há mais de 10 anos enfrentou problema semelhante.

Karen conta que uma cliente, que não aparecia no salão há quase um ano, marcou horário de atendimento no estabelecimento e, enquanto era atendida, soube que o salão participa do programa Mãos emPENHAdas Contra a Violência, integrante da campanha Mulher Brasileira, realizada pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

A proposta é uma iniciativa inédita no país e, desde março, tornou-se realidade por meio de parcerias com salões de beleza da Capital, permitindo que as profissionais da beleza como manicures, cabeleireiras e depiladoras sejam multiplicadoras de informações sobre todas as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e auxiliem no combate e na denúncia desses abusos. Os estabelecimentos têm um Selo de Parceria para identificar a participação na campanha.

Enquanto atendia a cliente, Karen ouvia

o relato da mulher que tanto sofrera violência. Uma triste história que a perseguiu por 25 anos e foi mantida em segredo até mesmo dos familiares. Uma vez que recebeu treinamento para atuar como replicadora de informações, Karen sabia exatamente como orientar a mulher e, por ter passado por violência semelhante, entendia as angústias dela e dividiu com a nova amiga as formas utilizadas para superar todo o sofrimento.

“Na época não obtive qualquer tipo de ajuda e, quando estive na delegacia para prestar queixa da violência sofrida, o delegado riu. Hoje, saber o que

dizer e como fazê-lo de forma correta faz a diferença. Sempre deixei claro que se minha história fizer a diferença na vida de alguém, vai ter valido a pena. É de suma importância saber como lidar com isso porque há muitos anos trabalho em salão

e escuto relatos de violência sofrida”, disse Karen.

Na percepção da cabeleireira, ainda existe muita relutância da mulher em se expor, em contar que sofre violência doméstica, por isso é tão difícil romper esse ciclo. Mas ela acredita que ações como o “Mãos emPENHAdas” ajudam em muito mulheres que não sabem o que fazer, não conseguem ser felizes por não superarem o sofrimento causado pelas agressões – sejam elas físicas, verbais, psicológicas ou outras nas mais variadas formas.

O salão Mania de Lígia é outro parceiro desde o início do programa e a proprietária do estabelecimento de beleza, Lígia Freitas, constatou que, apesar da rotatividade dos profissionais treinados, a clientela demonstrou bastante interesse pela ação e busca a todo momento material informativo sobre as formas de violência e como fazer para denunciar ou buscar ajuda.

“Muitas clientes mencionam que conheciam alguém que sofria violência ou que já passaram por isso, mas como é um assunto muito delicado, muito íntimo, nem sempre temos o *feedback* se houve a denúncia, se foi possível romper o ciclo de violência. Ainda assim ficamos felizes em propagar as informações e esperamos continuar a parceria com a Coordenadoria da Mulher”, afirmou ela.

“... uma triste história que a perseguiu por 25 anos e que ela manteve em segredo até mesmo dos familiares”



Os estabelecimentos parceiros recebem um Selo que é fixado em local visível, facilitando a identificação dos salões qualificados

Profissionais da **beleza** se unem ao Poder Judiciário no combate à **violência doméstica**

Tradicionalmente responsáveis por melhorar a autoestima das mulheres, cabeleireiras, manicures e demais profissionais da área de beleza de Campo Grande trocaram uma tarde de folga nos salões pelo curso que visa capacitá-las para auxiliar suas clientes em outro aspecto: na identificação, apoio e orientação àquelas mulheres inseridas em ciclos de violência doméstica e que muitas vezes não sabem por onde começar a pedir ajuda.

Cerca de 100 profissionais de beleza de Campo Grande foram capacitados na 2ª turma do curso que faz parte do programa “Mãos emPENHAdas Contra a Violência”, ministrado no dia 26 de junho na Casa da Mulher Brasileira. A ideia é que estes profissionais sejam disseminadores de informações sobre a questão de gênero, sobretudo no enfrentamento das situações de violência contra a mulher.

Ao longo do evento, proprietários dos salões de beleza que aderiram à campanha

receberam o Selo de Parceria da Campanha do Poder Judiciário de MS. A solenidade ocorreu ao término da capacitação, comandada pela juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS.

A magistrada destacou que os profissionais capacitados, a partir de agora, podem fazer a diferença na vida de uma mulher. A juíza acredita que ações pequenas, somadas a outras que podem mudar a cultura do machismo que ainda impera na sociedade, possibilitarão viver num mundo mais igualitário e com menos violência.

Na capacitação foram apresentadas noções básicas sobre o machismo e a

“O intuito é que esses profissionais tenham informações sobre o tema. Além disso, eles terão material de apoio nos salões.”





cultura de violência de gênero. Além disso, foram passadas orientações quanto às possibilidades de auxílio à mulher, onde ela pode buscar apoio jurídico e psicológico.

No entanto, a juíza explica que o papel desse público não é encorajar as mulheres a fazerem a denúncia, e sim orientá-las. “O intuito é que esses profissionais tenham informações sobre o tema. Além disso, eles terão material de apoio nos salões, como cartilhas, para que possam acolher essa mulher e, se possível, encorajá-la a tomar uma atitude, que não seja somente a denúncia. O objetivo é contribuir para que as vítimas consigam sair do ciclo de violência”, esclarece a magistrada.

Para o empresário e cabeleireiro Emmanuel Álvares, a participação no programa é uma oportunidade para que ele e seus colaboradores possam auxiliar na “diminuição desta cultura machista que temos hoje no Brasil e em outros países e também conscientizar as próprias mulheres, que muitas vezes são mais preconceituosas

do que os homens”. Sobre o treinamento, ele afirma que foi enriquecedor para prepará-los a aconselhar e ajudar a quebrar esse padrão.

Presente na solenidade, a presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza de MS (Sindiprocab-MS), Lucimar

daqui conscientizadas de que não existe apenas a violência na qual a mulher apanha, mas existem outros tipos. Novidade para muitas de nós que somos vítimas e muitas vezes até desconhecíamos”.

Como exemplo, ela citou a violência psicológica. “Eu posso apontar que, hoje, cerca de 60% das mulheres do nosso Estado passam por essa situação e não têm consciência de que o que está acontecendo é um tratamento violento. Então, nosso grande número de profissionais têm agora a oportunidade de identificar situações que elas mesmas estão sofrendo, além de orientar e apoiar outras mulheres”.

O evento contou com a participação e cortesia do trio de mulheres do Grupo Sampri, que finalizou as atividades juntamente com um coquetel. O encontro foi uma tarde de esclarecimentos sobre a violência de gênero e condutas que, embora corriqueiras, trata-se de práticas criminosas com previsão legal na Lei Maria da Penha.



Roza, fez questão de frisar que muito se fala sobre a violência contra a mulher, mas o conhecimento ainda é pouco. Em nome das profissionais da área, ela parabenizou o Judiciário pela iniciativa. “Nós, profissionais da beleza, saímos



Medida protetiva é primeiro passo no recomeço da vida

Foram 39 anos de um casamento permeado pelas violências física, verbal e psicológica. O marido de Nadir Corrêa Sampaio Prado consumia bebidas alcoólicas de forma abusiva e sistemática e descontava na família toda a frustração por não ter emprego fixo.

Como costureira, ela sempre sustentou financeiramente a família sendo, às vezes, necessário agregar valor ao trabalho para suprir as necessidades da casa. Antes de pedir ajuda na 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, ela registrou vários boletins de ocorrência – inclusive quando moraram no interior paulista. Mas de nada adiantou.

Quando chegou na Casa da Mulher Brasileira, Nadir se culpava muito por ter levado tantos anos para romper o ciclo de violência que sofria. Contudo, fez o que pôde para evitar que os dois filhos crescessem sem a figura paterna, por isso aguentou as humilhações por tantos anos.

O estopim para que desse um basta na situação foi ter sido colocada para fora de casa – a mesma que ela sempre sustentou. Nadir saiu e o marido trocou as fechaduras das portas, deixando-a para fora. Cansada de viver assim, ela buscou a ajuda da justiça e a juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, concedeu a medida protetiva.

Quando chegou na Casa da Mulher Brasileira, Nadir se culpava muito por ter levado tantos anos para romper o ciclo de violência que sofria.



Nadir Corrêa Sampaio Prado

Hoje, aos 60 anos, Nadir parece realmente feliz. Ao romper o ciclo de violência e afastar o agressor, ela descobriu que a vida é preciosa e participou do Projeto Atena, no qual foram realizadas várias oficinas de sexualidade para as mulheres em situação de violência doméstica atendidas pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, situada na Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande.

O objetivo das oficinas é propiciar espaço de escuta e reflexão sobre a sexualidade, como reconhecimento e empoderamento do corpo, relações e violência de gênero, identificação dos diferentes tipos de relacionamentos, implicações afetivas e sociais, além de abordar algumas questões voltadas à saúde da mulher.

Recomeçando a vida depois de tanto tempo de sofrimento, Nadir garante que a medida protetiva foi decisiva para o rompimento de tantos anos de violências sofridas, reconhece que a participação no Projeto Atena deu forças para levar adiante as decisões tomadas e não voltar atrás e aconselha: não permitam a existência de um relacionamento abusivo.

“Denunciem, procurem ajuda e não deem uma segunda chance ao agressor. Sei que é difícil, mas é preciso ter forças. No início, me culpei muito por não ter buscado ajuda antes, mas finalmente acabou”.

Violência Doméstica e Familiar

Temos uma questão endêmica mundial

Por quanto tempo o senhor esteve à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS?

Respondi por essa Coordenadoria por mais de 5 anos. A nomeação se deu em maio de 2011, logo após a minha assunção ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, por ato do então presidente do Tribunal, Des. Luiz Carlos Santini. Em 2016, deixei a coordenação, que foi assumida pelo Des. Paschoal Carmello Leandro, então Vice-Presidente do TJ. Atualmente a coordenação está a cargo da Juíza de Direito Jacqueline Machado, que vem desenvolvendo um belíssimo trabalho na função.

Com essa experiência, como o senhor vê a questão da violência doméstica contra a mulher no Brasil, e especialmente no Mato Grosso do Sul?

O problema da violência contra a mulher não se restringe ao Brasil e muito menos ao nosso Estado. Temos uma questão endêmica mundial. Todos os dias, em todas as partes do mundo, têm-se notícias de que mulheres são vítimas de violência por parte de homens, com ou sem relação de afeto. Trata-se de uma questão cultural com origem no patriarcado, de difícil libertação. Em algumas localidades do planeta essa violência é mais velada que em outras. No Brasil mesmo, só após a edição da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), em 2006, que a sociedade e os órgãos de controle passaram a tomar conhecimento do tamanho do problema.

O senhor acha que com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, a criação de órgãos, tais como Delegacia da Mulher, Varas Especializadas em Violência Doméstica, Redes de Atendimento, entre outras coisas, a violência contra a mulher diminuiu?

É uma questão difícil de responder objetivamente. Se levarmos em consideração os dados estatísticos referentes às queixas das mulheres, podemos

Des. **Ruy Celso Barbosa Florence**,
Ex-Coordenador da
Coordenadoria Estadual
da Mulher em Situação
de Violência Doméstica e
Familiar do TJMS

“
De pouco adianta punir juridicamente um homem agressor, se ele continua encontrando respaldo de amigos, família e colegas de trabalho.

que antes sofriam caladas, ou se, nesse embate entre a conscientização e a cultura, os homens estão reagindo com maior violência física. Exemplifico: é possível que uma mulher que antes sofria violência moral e psicológica diária por parte de seu companheiro venha a sofrer violência física ao enfrentá-lo para sair da condição anterior. Aí, a violência física é a que aparece, entrando apenas essa última nas estatísticas.

Além de tudo que tem sido feito para tentar conter a violência contra a mulher, o senhor acredita que existam outras saídas para essa grave questão?

Bem, acredito que a violência contra a mulher só será estanca-



da quando for repelida pela sociedade. De pouco adianta punir juridicamente um homem agressor, se ele continua encontrando respaldo de amigos, família e colegas de trabalho. Por outro lado, a mulher tem que se sentir segura de que não só os organismos estatais e privados a ouvirão e apoiarão a sua reclamação, não a taxando de culpada pelas agressões que sofreu, nem pela punição do companheiro agressor. Enfim, ela tem que perceber o apoio social.

Para que essas duas situações ocorram, em médio e longo prazo, é necessária uma constante e forte campanha de conscientização da população em geral, pois, afinal, estamos falando de mudar uma cultura secular. Tem-se também que chamar a atenção dos pais, pai e mãe, que normalmente educam seus filhos com conceitos machistas, repetindo e replicando, ainda que de forma inconsciente, uma cultura de diferença de gênero, em que o homem é colocado como protagonista e a mulher sua auxiliar.

Maristela Sordi

Mulher, mãe e empresária: pelos filhos ela venceu os obstáculos e abriu seu próprio negócio



Gaúcha nascida na cidade de Sarandi, Maristela Sordi veio para Campo Grande com seus pais aos 10 anos de idade. Hoje, aos 50, ela é diretora de uma indústria de alimentos e dona do salão de beleza “Morena Mulher”, que possui seis unidades na Capital. Mãe e empreendedora, ela acredita que tudo o que é feito com amor, determinação e foco não tem como dar errado.

Foi no ano de 1996, quando teve seu primeiro filho, que ela decidiu que seria dona do seu próprio negócio. O desejo surgiu de uma realidade cruel do mercado para muitas mães: trabalhando numa multinacional, ao retornar da licença maternidade, foi dispensada do serviço e já havia até outra funcionária em seu lugar.

O desejo permaneceu latente. Ela continuou trabalhando para outras empresas na parte administrativa e foi para a faculdade em busca do diploma superior na área para auxiliá-la a concretizar seus planos. Mas foi em 2005 que, definitivamente, tirou o sonho do papel. Desta vez, impulsionada por outro baque da vida: a separação e a necessidade de garantir o futuro dos filhos de forma autônoma. Isso foi o empurrãozinho que faltava para abrir as portas de seu primeiro empreendimento.

Comprou um aparelho de bronzeamento artificial, contratou uma esteticista e assim começou num pequeno espaço na rua Barão do Rio Branco. Pouco a pouco foi ampliando os serviços, focando e dedicando todo o seu tempo e dinheiro disponível para fazer seu negócio crescer.

Na retaguarda, conta ela, teve o apoio dos pais para cuidarem dos filhos enquanto se dedicava ao seu lado profissional. Até as férias, confessa, sempre tinham segundas intenções, em busca de conhecer novidades que hoje fizeram de sua empresa, mesmo em tempos de crise, iniciar uma nova etapa de crescimento, transformando a marca “Morena Mulher” numa franquia.

Neste momento, a administradora e empresária abriu as portas de seus salões de beleza para a segunda fase do programa “Mãos emPENHAdas Contra a Violência”, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS que, em parceria com institutos de beleza da Capital, busca que esses estabelecimentos comerciais sejam multiplicadores de informação sobre todas as formas de violência doméstica.

Para Maristela, que defende a importância da responsabilidade social das empresas e acredita no poder das mulheres, abraçar esse projeto será uma grande oportunidade para capacitar os seus colaboradores a fim de que sejam auxílio a quem está passando por uma situação de violência e que muitas vezes não consegue pedir ajuda. “E como temos um fluxo grande de pessoas dentro dos salões, acredito que poderemos auxiliar muitas mulheres”, defende ela.

“Não importa a condição social, o estado civil, a mulher precisa ser indepen-

dente profissionalmente, garantir o seu próprio sustento, pois só o fato de não depender economicamente de ninguém já deixa tudo mais fácil. Não quero dizer que todas precisam abrir seu próprio negócio, mas seja empreendendo ou prestando serviço, o importante é que a mulher nunca desista de seu lado profissional”, comenta a empresária, ressaltando a importância da autossuficiência da mulher.

Não quero dizer que todas precisam abrir seu próprio negócio, mas seja empreendendo ou prestando serviço, o importante é que a mulher nunca desista de seu lado profissional

A habilidade multifuncional é algo peculiar do gênero feminino. Por trás de toda essa rotina frenética, ela nunca abandonou o seu papel de mãe. Quem afirma é seu filho mais velho, Rodrigo Sordi Diniz. “Eu tenho muito orgulho dela. Imagino como deve ter sido difícil no começo, quando eu tinha 7 anos em 2005, um

ano divisor de águas para ela: começou o negócio próprio, se separou, precisava continuar trabalhando para garantir o nosso sustento, precisava cuidar de nós e se dedicar a sua recém-criada empresa. Mas minha mãe é uma guerreira, trabalhadora, ela nunca desistiu. É claro que precisou fazer muitos sacrifícios, mas foi o que garantiu os frutos que colhemos hoje”.

MÃE DIFERENCIADA

Rodrigo relata que foi por volta dos 11 anos de idade que começou a tomar ciência de que sua mãe era diferente das demais. “Na escola, meus colegas eram filhos de pais casados. Muitos tinham mães que trabalhavam, mas quase nenhuma delas era dona de seu próprio negócio como a minha. Então comecei a entender que isto exigia dela uma demanda grande de tempo, o que explicava porque meu avô precisava me buscar na escola, porque ela não conseguia comparecer à reunião dos pais. Mas isto nunca foi visto nem por mim, nem por minha irmã como algo negativo. Se ela não estava presente era em prol de alguma coisa mais importante”.

O primogênito escolheu a profissão de jornalista e concluirá a faculdade no final deste ano. Embora não tenha optado pelo mesmo ramo da mãe, a veia do empreendedorismo definitivamente falou mais alto e é o que já está desenvolvendo, só que na área de comunicação, é claro.

No final das contas, confessa ele, “minha mãe é meu exemplo de tudo: de mulher, de mãe, de empresária e de líder. Digo isso porque embora eu não trabalhe na empresa dela, é o que percebo dos seus funcionários. Sei que é difícil para muitas mulheres darem o pontapé inicial para saírem de situações de violência, mas se elas tiverem a coragem que minha mãe tem, como pessoa, como profissional, em primeiro lugar, trabalhando a autoestima, elas conseguem sair de onde estão. Se minha mãe conquistou, então é possível, ela não tem nada de anormal, é uma mulher como outra, então outra mulher também consegue”.



Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar foi criada pelo Provimento n. 244, em 18 de outubro de 2011, para atender a Resolução n. 128 do Conselho Nacional de Justiça e para efetivar o compromisso do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul quanto à garantia dos direitos das mulheres.

A Coordenadoria é um órgão

vinculado diretamente à Presidência do TJMS e suas atribuições são relativas à gestão de políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência doméstica e familiar. A ação da Coordenadoria, além das disposições contidas na Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, compreende o estabelecimento de diretrizes de planejamento, supervisão e orientação a todos os juízos competentes para o conhecimento das causas relativas à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A Coordenadoria

Pela Portaria n. 191, de 10 de abril de 2012, o Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence foi designado como o primeiro Coordenador Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, cargo que ocupou até 25 de janeiro de 2016. No período de 26 janeiro de 2016 até o final de janeiro de 2017, o Des. Paschoal Carmello Leandro foi

o responsável pela Coordenadoria. A coordenadora atual é a juíza Jacqueline Machado

Machado, titular da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, primeira vara do país especializada em Medidas de Proteção à mulher. A magistrada passou a responder pela Coordenadoria em 1º de fevereiro de 2017.



Des. Ruy Celso
Barbosa Florence



Des. Paschoal
Carmello Leandro



Juíza Jacqueline
Machado

:: QUEM É QUEM ::



Jessé Cruciol Junior
- Juiz titular da comarca de Nova Alvorada do Sul. Designado para atuar como colaborador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Rafael Gustavo Mateucci Cassia - Juiz titular da comarca de Rio Verde de Mato Grosso. Designado para atuar como colaborador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.



Simone Nakamatsu
- Juíza titular da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, atualmente é juíza auxiliar a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Liliana de Oliveira Monteiro - Juíza auxiliar da Capital que atua na 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Campo Grande, em substituição à juíza Simone Nakamatsu, designada para auxiliar a Vice-Presidência do TJMS. Designada para atuar como colaboradora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.



José Carlos de Paula Coelho e Souza - Juiz titular da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da comarca de Campo Grande.

Agressão gera indenização de R\$ 10 mil

Companheiro terá de indenizar a ex por danos morais

Em processo da 2ª Vara Cível de Campo Grande, o juiz Marcelo Andrade Campos Silva condenou um homem a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil por agredir sua ex-companheira.

Na noite do dia 19 de novembro de 2011, a requerente, grávida do segundo filho do casal, começou a se sentir mal. Preocupada, ligou para o companheiro, que estava em um bar com amigos e, mesmo irritado com a ligação, foi se encontrar com ela. Já em casa, os dois começaram a discutir até o ponto de o requerido agredi-la com socos e pontapés, além de ameaçar matá-la caso chamasse a polícia.

Mesmo assustada, ela procurou as autoridades policiais, dando início a um procedimento criminal, que culminou em condenação do agressor proferida pela 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Todavia, ainda abalada com tudo o que ocorrera, a vítima, no final de 2015, procurou no-



“... Já em casa, os dois começaram a discutir até o ponto de o requerido agredi-la com socos e pontapés, além de ameaçar matá-la caso chamasse a polícia”.

vamente o Judiciário. Desta vez, porém, buscando uma indenização moral pela agressão e ameaças sofridas.

Chamado a defender-se, o acusado permaneceu silente, sendo decretada a sua revelia. Este fato, somado à condenação já proferida no âmbito penal, foi o necessário para o magistrado considerar por caracterizada sua culpa e, por conseguinte, o dever de indenizar a antiga companheira.

O juiz Marcelo Andrade Campos Silva ressaltou ainda que “a lesão à integridade física da pessoa enseja a reparação por dano moral, pois, a despeito de decorrer de comportamento doloso, a dor causada pelo ferimento, por si, viola a incolumidade física da pessoa, projeção do direito de personalidade, impondo a quem o tenha causado o dever de compensá-lo”. Como forma, portanto, de trazer uma compensação para a vítima, o juiz determinou o pagamento da quantia de R\$ 10 mil a título de indenização por danos morais.



Importante

Indenização fixada em MS é mantida pelo STJ

Em ação penal, oriunda da comarca de Campo Grande (MS), um cidadão foi acusado de praticar crime de ameaça, no âmbito de violência doméstica familiar. No desfecho da instrução, o réu foi condenado, nos termos da inicial acusatória, a pena de um mês e 10 dias de detenção, a ser cumprida em regime aberto, bem como ao pagamento do valor mínimo para reparação dos danos morais sofridos pela vítima.

Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação criminal, requerendo o afastamento da cobrança dos danos morais fixados na sentença. Em grau de recurso o processo seguiu até chegar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em decisão monocrática, manteve a decisão da juíza Simone Nakamatsu, titular da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, e o réu foi condenado ao pagamento do valor mínimo para reparação dos danos morais suportados pela vítima.

Campanha Mulher Brasileira mobiliza Judiciário de MS contra a violência doméstica

Durante todo o ano de 2017, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul está engajado na campanha Mulher Brasileira, uma ação inédita da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, vinculada à Presidência do TJMS, sob a gestão do Des. Divoncir Schreiner Maran.

Designada pelo Presidente do TJMS para responder pela Coordenadoria, a juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, idealizou a campanha Mulher Brasileira, com diversas ações ao longo do ano como parte da mobilização nacional “Justiça pela Paz em Casa”, idealizada pela presidente do STF e do CNJ, Ministra Cármen Lúcia. A intenção é informar a sociedade sobre os crimes cometidos contra a mulher, as formas de se buscar ajuda, fomentar a cultura da paz, resultan-

do em uma verdadeira transformação da realidade ainda existente no país.

No lançamento da campanha, no dia 6 de março, no Centro Integrado de Justiça, foi realizado o 1º Colóquio sobre Gênero, que discutiu a questão de gênero e como a violência é cometida.

Mãos emPENHAdas Contra a Violência – O projeto “Mãos emPENHAdas Contra a Violência” é uma iniciativa inédita no país ao propor





que profissionais da beleza sejam agentes no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Manicures, cabeleireiras e depiladoras a partir de agora são multiplicadoras de informações sobre todas as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e sobre como combater e denunciar os abusos. Os estabelecimentos têm um Selo de Parceria para identificar a participação na campanha.

No mês de março, as profissionais de dois salões de beleza da Capital, parceiros do projeto, participaram do treinamento, na Casa da Mulher Brasileira, com uma psicóloga, uma assistente social e com a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, para serem multiplicadoras de informações.

Caminhada pela Paz - Mulher Brasileira – Realizada no dia 28 de abril, a caminhada reuniu cerca de mil pessoas que saíram da frente do Fórum de Campo Grande, na Rua da Paz, e seguiram até o Cijus - Centro Integrado de Justiça, situado na Rua 7 de Setembro. A mobi-

lização teve o objetivo de chamar atenção para um problema alarmante e preocupante: mulheres que ainda sofrem violência de seus companheiros. Com diversos parceiros na divulgação e realização do evento, várias autoridades compareceram para caminhar com o grupo e usaram o microfone para mostrar que o Poder Público está do lado das mulheres.

Projeto Atena – Com início no mês de março e concluída em maio, a primeira edição do Projeto Atena promoveu a realização de oficinas de sexualidade para



as mulheres em situação de violência doméstica atendidas pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, situada na Casa da Mulher Brasileira. Em cinco encontros quinzenais, o objetivo das oficinas foi propiciar espaço de escuta e reflexão sobre a sexualidade, como reconhecimento e empoderamento do corpo, relações e violência de gênero, identificação dos diferentes tipos de relacionamentos, implicações afetivas e sociais, além de abordar algumas questões voltadas à saúde da mulher.

Outras ações – A Campanha Mulher Brasileira esteve também na Carreta da Justiça nos distritos de Rochedinho e Anhanduí nos dias 4 e 11 de abril, respectivamente, quando, além de levar a prestação jurisdicional até o cidadão, a unidade móvel foi palco de apresentações teatrais e palestras: tudo para conscientizar a população do combate à violência doméstica.

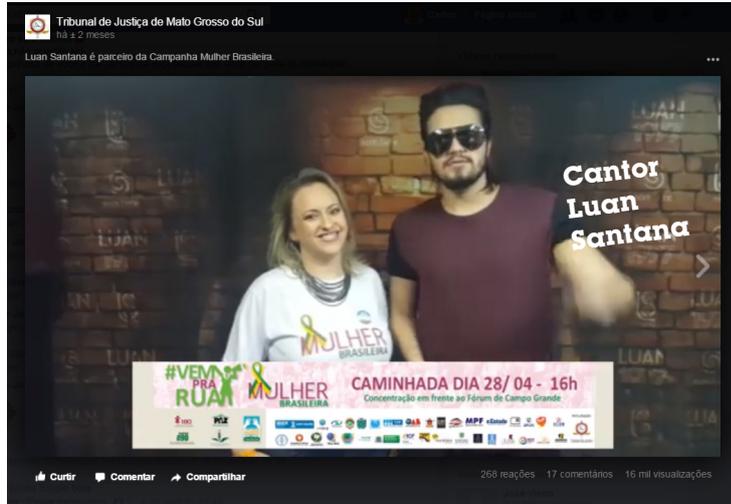
Para divulgação das atividades da Coordenadoria e da campanha, a juíza Jacqueline Machado proferiu palestras sobre o tema violência doméstica nas universidades Uniderp e UCDB, e aos bombeiros. Realizou explicações na tribuna da Assembleia Legislativa para esclarecimentos à sociedade e participou de entrevistas em rádios e televisões. Foram realizadas ainda palestras sobre a Lei Maria da Penha em Unidades Básicas de Saúde da Capital e mobilizações nas comarcas de Ponta Porã, Coxim e Corumbá.





#MulherBrasileira

SOU PARCEIRO!



A Caminhada pela Paz foi organizada pelo TJMS com parcerias e contou com uma mobilização com #PazEmCasa e #VemPraRua. Resultado: um sucesso





Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Divoncir Schreiner Maranhão, apoia a campanha Mulher Brasileira.



Corregedor-Geral de Justiça do TJMS, Des. Romero Osme Dias Lopes, também apoia a campanha.



Vice-Presidente do TJ, Des. Julizar Barbosa Trindade (à direita), e desembargador aposentado Elpídio Helvécio Chaves Martins na campanha de divulgação da Caminhada pela Paz - Mulher Brasileira.

MS Avança no combate ao machismo

Mais uma ferramenta no combate à violência contra mulheres passou a existir em Mato Grosso do Sul. Trata-se da Lei nº 5.011, de 14 de junho 2017, sancionada pelo Governador do Estado, que dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. A nova norma terá um impacto importante para a mudança de cultura e diminuição dos casos de violência contra mulher.

#todosEmPENHados



A modelo internacional **Fabiane Fink** é mais uma das **EmPENHadas Contra a Violência Doméstica e Familiar**. “Já passou da hora de mudar a cultura e diminuir a violência”, diz Fabiane, que nasceu em Sete Quedas-MS, em 1987, e já morou em 16 países, nos quais desenvolveu centenas de trabalhos para muitas empresas.



Gabriel Sater, sul-mato-grossense, emPENHADO desde o início da campanha Mulher Brasileira. Músico e ator conhecido por seu trabalho na televisão, é atuante nas redes sociais, de onde ajuda na mudanças da cultura da violência e luta pela paz.



A Lei Maria da Penha só vale para agressão física?

Não. Essa lei abrange a violência psicológica, como o isolamento da mulher, o constrangimento, a violência verbal constante e o insulto; sexual, como manter uma relação sexual não desejada e forçada, impedir que a mulher use métodos contraceptivos ou de proteção; patrimonial, como a destruição e subtração dos seus bens, recursos econômicos ou documentos pessoais da vítima; e moral, qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.



Como se obtém medida protetiva e por quanto tempo ela vale?

A medida protetiva pode ser solicitada por meio do registro de boletim de ocorrência em qualquer Delegacia de Polícia, especialmente na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, nas cidades onde houver uma. Em Campo Grande, a DEAM funciona 24 horas e está localizada na Casa da Mulher Brasileira. A medida também pode ser solicitada pela Defensoria Pública da Mulher e

Promotoria de Justiça (Ministério Público). Formulado o pedido e encaminhado ao Judiciário, o Juiz (a) terá até 48 horas para analisar a concessão da proteção. A medida durará pelo prazo determinado na decisão.

O agressor sempre vai preso? Por quanto tempo ele fica preso?

A prisão nem sempre é imediata. A primeira medida é geralmente aplicação de uma protetiva para a vítima, como o afastamento do lar e a proibição de aproximação e contato. O agressor será preso caso seja condenado a uma pena privativa de liberdade ou descumpra a medida protetiva fixada pelo Juízo. Nesse caso é muito importante que a vítima comunique imediatamente o descumprimento à autoridade policial, ao Ministério Público ou à Defensoria Pública. São proibidas penas pecuniárias como pagamentos de multas ou entrega de cestas básicas. O tempo de prisão varia de acordo com a condenação ou a necessidade de proteção, mas sempre a vítima será avisada sobre a prisão e soltura do agressor.

EXPEDIENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

PRESIDENTE

Des. Divoncir Schreiner Maran

VICE-PRESIDENTE

Des. Julizar Barbosa Trindade

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Romero Osme Dias Lopes

Tribunal Pleno

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Des. João Maria Lós
Des. Divoncir Schreiner Maran
Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges
Des. Paschoal Carmello Leandro
Des. Julizar Barbosa Trindade
Des. Romero Osme Dias Lopes
Des. Carlos Eduardo Contar
Des. Sérgio Fernandes Martins
Des. Sideni Soncini Pimentel
Des. Dorival Renato Pavan
Des. Vladimir Abreu da Silva
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
Des. Dorival Moreira dos Santos
Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli
Des. Ruy Celso Barbosa Florence
Des. Francisco Gerardo de Sousa
Des. Marcos José de Brito Rodrigues
Des^a. Maria Isabel de Matos Rocha
Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques
Des. Eduardo Machado Rocha
Des. Marcelo Câmara Rasslan
Des. Amaury da Silva Kuklinski
Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva
Des. Wilson Bertelli
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Des. Nélio Stábile
Des. Paulo Alberto de Oliveira
Des. Alexandre Bastos
Des. José Ale Ahmad Netto
Des. Jairo Roberto de Quadros
Des. Geraldo de Almeida Santiago

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE MS

COORDENADORA

Juíza Jacqueline Machado

JUÍZES COLABORADORES

Liliana de Oliveira Monteiro
Simone Nakamatsu
Jessé Cruciol Junior
Rafael Gustavo Mateucci Cassia

APOIO ADMINISTRATIVO

Rosimeire Batista da Silveira
Sandra Regina Monteiro Salles
Anne Klean Alexandra Mendes
Liliane Valiente dos Santos
Vanessa Vieira

Realização

Secretaria de Comunicação TJMS

Jornalista Responsável

Carlos Kuntzel - DRT 041/MS

Redação: Coordenadoria de Imprensa

Impressão: Coordenadoria Gráfica

Fotos: SECOM TJMS